



Anais da Assembléia

Nº 95

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 89ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 1983 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores deputados Caíto Quintana e Tuguio Setogutte.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57); achando-se em licença o senhor deputado Fuad Nacli (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 30 do corrente mês, na cidade de São Pedro do Ivaí, do senhor Fernando Pionerdo Lopes, Presidente do Diretório do PDS daquela cidade.

Tal passamento vem de consternar a sociedade de São Pedro do Ivaí, onde o extinto desfrutava de grande estima pelas qualidades morais e de chefe de família exemplar e pela sua atuação junto ao comércio local.

Deixa viúva a senhora Nair Lopes e três filhos.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER, nos termos regimentais, que se consigne nesta Casa, um voto de pesar pelo falecimento de ODAIR L. PUPO; pessoa por demais benquista na cidade de Apucarana e região, onde deixa amigos e familiares que lamentam profundamente o seu falecimento.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, voto de congratulações para a eleição do Conselho Diretor da Associação dos Lojistas do "Shopping Center de Curitiba - Mueller", que tem como seu presidente o Dr. RUY SENFF.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência àquela instituição.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária, de hoje, voto de congratulações para com o Sr. ROULIEN BASAGLIA, Delegado Regional do Ministério da Agricultura, pela realização em Curitiba da Reunião Nacional de Atualização do Plano Nacional da Maçã, que objetiva a avaliação e atualização dos objetivos, estratégias e medidas do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Maçãs e, principalmente, um maior apoio à industrialização com consumo institucional, alcançando a merenda escolar e a ampliação da capacidade de estocagem frigorificada.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Ministério da Agricultura e à sua Delegacia Regional.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a remessa das conclusões do III Fórum de Debates sobre o tema "Eletrificação Rural — Redução de Custos e Papel Social", realizado na Assembléia Legislativa do Paraná no dia 30 de agosto de 1983, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, recomendado sua imediata aplicação.

Sala das Sessões em 31 de agosto de 1983.

(aa) GERNOTE KIRINUS

FRANCISCO ESCORSIN

Apoiamento: CAÍTO QUINTANA

"CARTA DO III FORUM DE DEBATES

A COMISSÃO RELATORA DO III FORUM DE DEBATES, que versou sobre o tema "ELETRIFICAÇÃO RURAL — REDUÇÃO DE CUSTOS E PAPEL SOCIAL", realizado no dia 30 de agosto de 1983, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a participação de representantes das classes políticas, técnica, empresarial, cooperativista, e de trabalhadores rurais, após os debates e apoiada no Grupo de Assessoramento Técnico especialmente constituído para a ocasião,

CONSIDERANDO que há necessidade de um programa prioritário de eletrificação rural, com objetivos, entre outros, de

fixação do homem ao campo, mediante a ampliação dos níveis de conforto e acesso a bens de consumo modernos; aumento da produtividade e melhoria do parque agrícola que já alcançou o limite de suas fronteiras;

CONSIDERANDO que a eletrificação rural é um insumo para o agricultor, como é o adubo ou a semente além de melhorar as suas condições de vida de um modo geral;

CONSIDERANDO que as constantes altas e a dificuldade na obtenção de óleo combustível para nossa lavoura, determinam a sua substituição pela alternativa mais viável, que é a energia elétrica;

CONSIDERANDO que a descapitalização dos pequenos e médios agricultores e os altos investimentos de custeio da eletrificação rural, inviabilizariam o programa se fossem seguidos os atuais padrões utilizados, concluem e resolvem sugerir ao senhor Governador do Estado que determine às empresas e órgãos estatais que tratam da matéria, o seguinte:

1 — Adoção preferencial do Sistema Monofásico com retorno por terra para Eletrificação Rural, em 34,5 Kv, inclusive nas áreas onde isto seja conseguido por adaptação dos outros sistemas e onde for economicamente vantajoso, através de transformadores isolados;

2 — Adoção preferencial de condutores de ação nas linhas primárias de distribuição deste serviço;

3 — Abolição da exclusividade do poste de concreto e das caixas metálicas nos postos de medição como único tipo aceito nas concorrências públicas;

4 — Adoção de transformadores cuja capacidade típica deve ser de 5 KVA, oferecendo-se aos agricultores, mediante esclarecimentos necessários quanto à sua utilização, a possibilidade de solicitarem unidades de 3 e até 2 KVA. Para a instalação de unidades de maior potência, ou trifásicas deverá ser necessário um levantamento cuidadoso das reais necessidades da instalação. Os resultados de recentes experiências no campo da otimização elétrica e magnética e da redução do material supérfluo em transformadores monofásicos para a eletrificação rural devem ser incorporadas às normas técnicas e receber do governo e da concessionária apoio para sua padronização a nível nacional;

5 — Adoção, sempre que possível, de isoladores do tipo Pino, monocorpo, fabricados segundo normas brasileiras, para as classes 15 e 34,5 KV, a serem utilizados para sustentação, derivações, deflexões e fins de linha;

6 — Emprego de descarregadores de chifre em lugar do pára-raio tipo válvula ou óxido metálico pelo seu custo reduzido e preferencialmente emprego dos descarregadores do tipo exemplificado;

7 — A adoção do uso de chaves corta-circuito com elos fusíveis deverá restringir-se a aplicações onde a coordenação de proteção permita.

A manobra dos circuitos primários de transformadores poderá ser feita por grampos de linha viva (engate) espiralado;

8 — Para uma correta projeção do crescimento de cargas e da expansão do sistema sugerimos a adoção do planejamento global não só a nível regional e estadual, mas a nível municipal, prevendo e caracterizando possíveis e futuros troncos alimentadores trifásicos, mesmo nos distritos e bairros não atendidos na ocasião. Para tanto, é fundamental a ação conjunta com as prefeituras municipais, cooperativas, sindicatos e a comunidade interessada;

9 — Estrita e contínua participação dos órgãos de extensão rural nos programas de eletrificação no campo visando a permanente assistência e orientação dos produtores a fim de permitir um correto dimensionamento e utilização de implementos e sistemas elétricos, evitando superdimensionamento e o desperdício de recursos;

10 — Permissão, estímulo e valorização da participação dos produtores e das prefeituras municipais em todas as fases do processo de eletrificação, do planejamento à execução, especialmente no que concerne ao emprego da mão-de-obra, veículos e equipamentos da própria comunidade — trabalhando, sempre que possível, em

mutirão — como forma de redução dos custos ao consumidor.

A mão-de-obra, o uso de veículos e outros equipamentos bem como a alimentação e outras despesas, deverão ser contabilizadas convenientemente para fins de apropriação do custo real da obra;

11 — O processo de comercialização, deve ser feito em estreita ligação com as prefeituras, comunidades, entidades sindicais, cooperativas e órgãos de extensão rural;

12 — Colocação em concorrência pública, licitação ou tomada de preços da aquisição de mão-de-obra, permitindo-se às cooperativas de eletrificação rural participarem das mesmas;

13 — Atuação do executivo estadual a nível federal no sentido de que gozem os materiais e equipamentos destinados à Eletrificação Rural, de redução sensível ou completa abolição de tributos como ICM, IPI, Imposto de Renda etc.;

14 — Firme defesa jurídica e política dos direitos do Paraná sobre os "royalties" devidos pela Itaipu Binacional, como fonte de recursos a serem alocados especificamente em Eletrificação Rural;

15 — Atuação efetiva do Conselho Estadual de Energia na definição da política e fixação das diretrizes para a Eletrificação Rural no Estado do Paraná.

Tais conclusões, que representam a essência do pensamento das diversas classes participantes do III Fórum de Debates, constituem a contribuição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao Poder Executivo na solução desta importante questão.

A COMISSÃO EXECUTIVA

Deputado FRANCISCO ESCORSIN — PDS

Deputado CÁITO QUINTANA — PMDB

Deputado BASÍLIO ZANUSSO — PDS

Deputado TADEU FRANÇA — PMDB

Deputado GERNOTE KIRINUS, Coordenador — PMDB

GRUPO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO:

Professor CLODOVEU HOLZMANN — COPEL, PR.

Professor ENNIO DE JESUS PINHEIRO DO AMARAL - ETF, Pelotas, RS.

Professor WALDEMAR CORREIA FUENTES - UF Santa Maria, RS.

Engenheiro JOSÉ HISBELLO DE CAMPOS — Light, RJ.

Engenheiro IVO PUGNALONI — Secretaria do Interior, PR.

Engenheiro CARLOS P. PARCHEN - ACARPA.

Advogado GILBERTO DAROS — ALEP, PR.

Acad. Economia MÁRIO ABCELA FILHO — ALER — PR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao DD. Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que Sua Excelência nos informe a situação em que se encontra o projeto para construção de um armazém, através da COPASA, no Município de Antônio Olinto, em imóvel já doado por aquela municipalidade.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no sentido de encaminhar a este Deputado, cópia da íntegra, do voto proferido por Sua Excelência durante o ano de 1982, sobre convênios da Secretaria do Planejamento e Secretaria do Desenvolvimento dos Municípios.

Estamos certos que o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas atenderá o mais rapidamente possível esta nossa solicitação, que se faz necessária tendo em vista a boa continuação do nosso trabalho.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Diretor Presidente da COHAPAR, através da Secretaria de Estado do Interior, no sentido de informar este deputado, dos motivos de terem sido retirados da administração regional de Campo Mourão, os Municípios de Barbosa Ferraz, Fênix, Iretama, Roncador, Nova Cantu, Campina da Lagoa e Ubatã.

Certo de que esta solicitação será atendida rapidamente por parte do Excelentíssimo titular da COHAPAR, fico aguardando a resposta da presente reivindicação.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo senhor Dr. LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando seja designado, com a máxima urgência, um Delegado Especial para garantir a ordem e a segurança no Município de Marmeleiro, em razão do grave problema dos SEM TERRA que ocupavam a Fazenda Anoni.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento está alicerçado nas reiteradas solicitações das lideranças locais e regionais, e justifica-se pelo gravíssimo problema social, já do conhecimento público, de aproximadamente quinhentas pessoas, entre adultos e crianças, que se encontram acampadas na beira da estrada, em situação de desespero, privadas que foram do seu trabalho, mediante ameaças e até mesmo aterrorizadas com um brutal assassinato.

Aliás, o senhor JOÃO SCARTON, capataz da Fazenda Anoni, promoveu os maiores desmandos, queimando safras, acampamentos, roupas e alimentos dos ocupantes da área, até que estes, em tentativa de solução do problema, desocuparam as terras, passando a acampar à beira da estrada Marmeleiro-Campo Erê, o que todavia não satisfaz o Sr. Scarton, que na sua sanha maligna, continua fazendo ameaças e provocações, criando um clima de tensão social e insegurança pública.

Urge que se tomem as providências necessárias para pôr fim a esta crise e tranquilidade a população e, neste sentido, apelamos ao Excelentíssimo senhor Secretário da Segurança Pública.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a indicação de um delegado especial com o devido policiamento, para a cidade de Paranaguá, em virtude dos 10 (dez) assassinatos, ocorridos em dez dias, devido ao clima de insegurança e intranquilidade que está gerando naquela cidade.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhes prioridade quanto aos serviços de pavimentação asfáltica da seguinte estrada:

Estrada KHOOB que liga os Municípios de Itaguajé à Teodoro Sampaio.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Além da necessidade óbvia de melhorar as condições para o escoamento de produtos agrícolas nas respectivas regiões, os serviços de pavimentação asfáltica nos trechos mencionados no presente requerimento viriam estancar os prejuízos que em muitos casos vem ocorrendo, pelo processo erosivo que está comprometendo em várias partes, até mesmo o investimento público já realizado em serviços anteriores de compactação do leito da estrada para a aplicação da pavimentação asfáltica.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhes prioridade quanto ao recapeamento asfáltico da rodovia que liga os Municípios de Paranacity à Inajá, e a pavimentação asfáltica da Estrada Inglesa, que liga Paraná Real à Paranaipoema com uma extensão de vinte quilômetros.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Além das necessidade óbvia de melhorar as condições de escoamento de produtos agrícolas nas respectivas regiões, os serviços de pavimentação asfáltica nos trechos mencionados no presente requerimento viriam estancar os prejuízos que, em muitos casos, vêm ocorrendo, pelo processo erosivo que está comprometendo em várias partes, impedindo inclusive o fluxo de veículos com carregamentos agrícolas do vizinho Sul de Mato Grosso.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, o encaminhamento de expediente, consubstanciado em veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, no sentido de dotar a Sub-Divisão Policial de Paranaguá, de pelo menos mais duas viaturas, bem como reformas no prédio da Delegacia, particularmente no setor de presídio que se encontra em precárias condições de conservação, não oferecendo o mínimo de segurança, e o reforço de material humano para as cidades de Morretes e especialmente para Antonina.

Recentemente, atendendo sugestão do Vereador Marcos Antônio Augusto da Silva, da Câmara Municipal de Paranaguá, dirigimos apelo ao Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando mais viaturas para a citada Delegacia, já que as duas atuais, um Chevette e uma Caravan encontram-se em péssimas condições, não suprimindo as necessidades do serviço.

Nos últimos dias estamos constatando a procedência do apelo do referido vereador com o elevado índice de criminalidade que está ocorrendo em Paranaguá, quando diversos presos se evadiram da cadeia espalhando terror na cidade com assaltos e crimes que são de conhecimento de todos através da imprensa.

Esperamos que, face aos últimos acontecimentos que abalaram a cidade de Paranaguá, medidas urgentes sejam adotadas pela Secretaria de Segurança no sentido de oferecer mais tranquilidade à população litorânea.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) NELSON BUFFARA

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

REQUER, após ouvido o Plenário, seja remetido expediente a Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a necessidade da construção de uma estrada asfaltada entre São Mateus do Sul e Irati.

Visa o presente requerimento que se dê empenho à construção de uma estrada de primordial importância para o Paraná. Trata-se de uma região pioneira que não tem merecido de Governos anteriores a atenção que reclama.

Produtora de erva-mate, batata, feijão e outras culturas, os municípios sobreditos têm encontrado os maiores obstáculos para o escoamento de seus produtos da precariedade das estradas e conseqüente dificuldade de transporte. Urge, pois, que medidas dessa natureza venham a dar respaldo a uma região que tem toda a sua economia apoiada na agricultura e que, face à perecibilidade dos produtos, necessitam de transporte rápido.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o Plenário, seja remetido expediente a Sua Excelência, o senhor Secretário de Estado dos Transportes, mostrando a necessidade da construção de uma estrada asfaltada, numa extensão de 38 km, entre os Municípios de São Mateus do Sul e Três Barras.

Os sobreditos municípios representam uma das mais ricas e produtivas regiões do Paraná, no que tange à suinocultura, à extração da madeira, e ao cultivo da erva-mate. Também sobressai-se na produção de feijão e milho. A construção de uma estrada asfaltada na região, além de vir ao encontro das aspirações dos munícipes, possibilitaria o escoamento da produção com maior eficácia, gerando maiores riquezas para o Estado. Acrescente-se, ainda que, pela posição geográfica, irá absorver também todo o escoamento de produção dos municípios catarinenses circunvizinhos, representando maior volume na cobrança do ICM, o que, por certo, a médio prazo, por si só, ressarciria o erário público das despesas decorrentes da construção da estrada aqui proposta.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário de Transportes, apelando no sentido de se construir o asfalto entre os Municípios de São Mateus do Sul, São João do Triunfo-Palmeira, com uma extensão de 76 km.

Esta região há muito vem reclamando este asfalto, pois a ligação entre estes municípios é de intenso tráfego, o que ocasiona nas épocas de escoamento agrícola um movimento sem precedentes. Com as chuvas que sempre são constantes, ficam aqueles munícipes sem condições de trafegar, pois os pesados caminhões geralmente atolam e os prejuízos aumentam a cada dia para esta classe.

A grande característica desta região é a riqueza agrícola, tais como a madeira, erva-mate, batata, e necessitam de um rápido escoamento; com a construção deste asfalto facilitaria o transporte desses produtos.

É nesse sentido que fazemos este apelo para que as autoridades estaduais se sensibilizem e atendam esta reivindicação, assim estaremos fazendo justiça com esta região que tanto tem colaborado para o progresso de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e dos Esportes, no sentido de realizar estudos quanto à viabilidade de liberação

de verba a nós anteriormente solicitada pela Direção do Colégio Estadual Carlos Gomes Ensino de Primeiro e Segundo Grau e destinada àquele educandário, situado no Município de Ubatã.

De iniciativa do Sr. Lauro Hryniewicz, Diretor do Colégio Carlos Gomes, tal medida viria patrocinar a prática do Desporto e fomentar o desenvolvimento da Cultura, tão fundamentais na formação de uma juventude mais sadia e de maior índice intelectual. Tendo em vista essa realidade, o educandário anteriormente citado, necessita proporcionar aos seus educandos essas atividades seja esportivas, seja culturais; para isso fazem-se precisos instrumentos para formação de uma fanfarra e a construção de um anfiteatro.

Estamos certos de que o Excelentíssimo titular da pasta da Cultura e do Esporte dará a atenção necessária ao presente requerimento, tendo em vista uma melhor formação dos estudantes em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja estudada a viabilidade de realizar-se a substituição de um motor à gasolina por outro à álcool, em uma viatura pertencente ao Organismo Policial localizado no Município de Moreira Sales. Tal solicitação é de iniciativa do Prefeito Municipal, Aldenizio dos Santos Lima que, através de correspondência, salienta a precária condição daquele veículo, o qual necessita de uma reforma geral para condicioná-lo a melhores mecanismos de ação. Neste sentido, tendo em vista que o próprio município é quem arca com as despesas de combustível, a troca deste motor viria a baixar consideravelmente os custos já que também possui aquela municipalidade, de uma destilaria de álcool.

Por razões essas, sabemos ser de fundamental importância a solicitação ora proposta.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 127/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Marilândia do Sul - SOS, com sede e forum em Marilândia do Sul - PR.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade enfocada tem a finalidade de promover a assistência social, junto a menores carentes e abandonados, sem qualquer distinção de raça, cor ou crença religiosa, no sentido de orientá-los e integrá-los à comunidade, promovendo assim o seu bem-estar individual ou familiar.

Assim sendo, esperamos que os ilustres Pares com assento nesta Casa, acolham esta nossa pretensão, pois a mesma está de acordo com a lei reguladora da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor presidente, senhores deputados.

Nós sempre entendemos que a segurança é básica, é fundamental para que o município, a cidade, ou a nação possa progredir.

Em Paranaguá, o clima de intranquilidade é dos mais sérios e dos mais graves. Como se não bastasse, a Delegacia de Polícia contava apenas com duas viaturas e já fizemos um expediente à Secretaria de Segurança, pedindo que novas viaturas fossem entregues a Paranaguá, que, como Sub-Divisão, não pode ficar apenas com duas viaturas em estado de miséria, em estado de falibilidade praticamente.

As viaturas em péssimo estado não atendem as necessidades de Paranaguá e da Sub-Divisão. Além de mais duas viaturas que nós entendemos serem de capital importância para Paranaguá, mas isso tinha que ser entregue ontem, e não num futuro próximo ou remoto como talvez a Secretaria de Segurança assim entenda. A Secretaria alega que não tem recurso para comprar novas viaturas, mas é inconcebível, senhor presidente, senhores deputados, é imperdoável que, sob esta alegação, a cidade possa ficar entregue a marginais, a delinquentes e ao índice de criminalidade que cada vez é maior e é mais assustador.

Além das viaturas que nós entendemos ser importantíssimo para a Delegacia de Paranaguá, é necessário também que os cubículos, que a prisão seja reparada de imediato, porque não oferece o menor sinal de segurança à população e os presos, com a maior facilidade, serram as grades e fogem com a maior facilidade que se possa imaginar.

Além disso, as cidades de Morretes e Antonina, necessitam de material humano, principalmente Antonina, porque a Delegacia de Paranaguá, que é a Sub-Divisão, não pode fornecer, porque não tem condições para tanto. Nós fazemos um apelo consubstanciado num requerimento ao senhor Secretário de Segurança, expondo as razões e pedindo uma solução a curto prazo, a fim de que o litoral possa respirar com mais tranquilidade, e os assaltos frequentes possam ter um paradeiro.

Nossa presença na tribuna, nesta tarde, senhor presidente, senhores deputados, seria para abordarmos outro assunto, que o faremos amanhã, talvez nos dez minutos que a Liderança nos concederia para focalizarmos um problema que entendemos ser dos mais graves e dos mais importantes e que envolve o Governo Federal. A demissão sumária do deputado federal Teodorico Ferraço, que prometia fazer graves acusações ao sistema, ao Ministro da Fazenda, e o que lhe valeu a deposição da Presidência da Comissão Especial de Inquérito.

Amanhã enfocaremos esse assunto e faremos aqui acusações seriíssimas, baseadas no depoimento do deputado Teodorico Ferraço.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Artagão de Mattos Leão, inscrito.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“O Brasil vive hoje, na área econômica, um momento de impasse.

A Nação inteira assiste o seu futuro ser decidido por apenas um homem, que negocia a dívida externa formada ao longo dos governos da Revolução, em nome de 120 milhões de pessoas. Assim, o Sr. Delfim Netto traça o futuro de todos os brasileiros em negociações com o Fundo Monetário Internacional.

A posição de nosso partido e da sociedade brasileira num todo, a respeito desta situação, é conhecida de todos: não aceitamos o FMI e pregamos a adoção da moratória.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, ao mesmo tempo em que negocia o futuro de todos os brasileiros no exterior, os tecnocratas do Planalto estão também a tramar contra o povo brasileiro aqui mesmo. Assim, recentemente, pudemos assistir a duas manifestações de autoridades federais que bem demonstram a quantas anda a tecnocracia: tanto em depoimento na Câmara Federal, feito pelo Presidente do IBGE, Jessé Montelo; como em discurso proferido pelo ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões.

E o que pregam ambos? Defendem, nada mais nada menos do que a extinção da Previdência Social e, por consequência, o fim da aposentadoria por tempo de serviço, ficando o benefício somente para aqueles que completarem 65 anos de idade.

E, em nome do que defendem eles esta idéia? Simplesmente em nome da dívida da Previdência e da situação econômica do País.

Vejam bem o que afirmou o Presidente do IBGE, na semana passada: “A Previdência Social é um gigante impessoal, deficiente e impossível de fiscalizar de forma eficiente. Já, a previdência privada, tem toda uma forma de controle por parte dos participantes, patrocinadores e atuários que advertem, com antecedência, as possíveis distorções.”

Não é possível assim, senhor presidente, e senhores deputados, que o pobre trabalhador brasileiro, cuja idade média de vida não chega aos 50 anos, seja mais uma vez sacrificado em nome da dívida do país por um bando de tecnocratas.

Não é possível que a Previdência Social, que apesar de todos os defeitos, representa um grande benefício ao trabalhador, venha a ser extinta em nome de um suposto combate a rombos que foram acumulados nos últimos anos e que, em 1983, estariam chegando a 400 bilhões de cruzeiros.

Não é admissível que milhões de trabalhadores que hoje estão às vésperas da aposentadoria por tempo de serviço tenham seus benefícios extintos, após terem contribuído para a Previdência Social por trinta ou mais anos.

Também não se pode admitir que todo o sistema previdenciário hoje existente seja reduzido a nada, defendendo-se a previdência privada, que tem nas multinacionais, como a Golden Cross as suas principais representantes.

Seria esse mais um item dos misteriosos acordos com o Fundo Monetário Internacional, que chegam a envolver até a geração das crianças brasileiras, embora o Presidente Figueiredo garanta que a soberania nacional está acima de tudo?

Não bastaria a entrega de empresas em dificuldades a grupos estrangeiros, bem como a concessão de benefícios a bancos internacionais que aqui quisessem se instalar?

Será que em nome do pagamento de uma dívida o Governo Federal chegará ao cúmulo de extinguir em benefício sagrado, que é a aposentadoria por tempo de serviço?

Não podemos admitir, em hipótese alguma, que isso venha a ocorrer. Por isso, estamos fazendo aqui da tribuna da Assembléia um apelo para que as lideranças de ambas as bancadas se unam e apresentem uma moção de repúdio aos estudos que estão sendo realizados pela área econômica do Governo Federal que visam: 1) fim da Previdência Social; 2) extinção da aposentadoria por tempo de serviço; 3) oficialização dos sistemas de previdência privada, hoje nas mãos de grupos multinacionais.

A saúde do brasileiro e o seu merecido direito ao descanso não podem ser negociados em nome de uma dívida que não fomos nós que assumimos, mas sim aqueles que respondem pela condução deste País.”

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Trajano Bastos)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao senhor deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“A Assembléia Legislativa do Paraná realizou ontem, seu III Fórum de Debates, com o tema “ELETRIFICAÇÃO RURAL - Redução de Custos e Papel Social”.

Foi um encontro memorável entre deputados estaduais, autoridades do Poder Executivo, especialistas vindo de diversos Estados do Brasil; dirigentes de cooperativas e sindicatos agrícolas, prefeitos e vereadores de todo o Paraná, além do próprio Governador José Richa.

Na ocasião foram discutidos os aspectos técnicos e sociais do relativo atraso do Paraná na área da eletrificação rural, concluindo-se que nunca houve, anteriormente, vontade política de distribuir pelo interior paranaense a energia hidrelétrica produzida em nosso território. Por isso os custos de implantação das redes são elevados e os padrões técnicos exigidos se situam muito acima dos níveis práticos e de segurança recomendáveis.

Mas, com a posse de um novo Governo, ficou clara a opção do povo do Paraná, particularmente do agricultor paranaense, pelo gozo dos benefícios a que tem direito, principalmente o acesso à energia elétrica.

Para tornar possível a eletrificação do campo paranaense se torna imperativa a redução dos custos de implantação das redes, mediante a adoção de padrões técnicos adequados às nossas necessidades e realidades.

A síntese dos debates travados ao longo de todo o dia de ontem, foi produzida com o apoio de um Grppo de Assessoramento Técnico integrado por especialistas de destaque, que trabalharam ontem à noite mesmo, auxiliando a Comissão Relatora de Deputados de ambos os partidos, encarregada de elaborar o Documento de Conclusões.

Como membro dessa Comissão Relatora, temos a satisfação de encaminhar à Mesa o requerimento de aprovação do Documento Oficial de Conclusões, para que ele seja submetido ao exame do Plenário e após, se torne a vontade oficial desta Casa de Leis.

A conclusão principal a que se chegou recomenda simplificação dos processos e insumos técnicos utilizados na eletrificação rural, para que os custos sejam reduzidos ao nível de capacidade econômica dos nossos agricultores.

Esperamos dos senhores deputados a acolhida dessa peça da Comissão Relatora, com a certeza de que estaremos contribuindo para levar energia elétrica a cem mil propriedades do Paraná durante o atual Governo.”

Senhor presidente, senhores deputados, nós tínhamos um assunto a mais para abordar no dia de hoje, quando encaminhamos a esta Mesa uma solicitação dirigida ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, pedindo a designação de um Delegado Especial para o Município de Marmeleiro, face aos graves conflitos de terra que lá acontece entre agricultores e jagunços que protegem a chamada fazenda “Anoni”.

Como o tempo se tornou exíguo nesses cinco minutos do Pequeno Expediente, esperamos chegar aqui amanhã, num espaço maior, para podermos retratar, desta tribuna, as barbaridades que acontecem com desprotegidos agricultores que têm a vontade de luta e exclusiva de ter um pedaço de terra para produzir. Enquanto eles trabalham a terra com seriedade e desarmados de espírito e de vontade de luta, jagunços transitam livremente no seu meio, queimando as suas plantações, impondo-lhes perigo, matando, queimando suas casas e as autoridades nada fazem para coibir.

Esperamos amanhã poder retratar esse grave problema de

conflitos que acontecem hoje quando o trabalhador brasileiro pede exclusivamente terra para poder trabalhar e produzir.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Ailton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor presidente, senhores deputados.

Esta Casa já testemunhou inúmeras denúncias feitas por parlamentares do nosso partido, e ao mesmo tempo algumas posições democráticas de deputados da situação, a respeito de um assunto que, a cada dia que passa vai ficando cada vez mais indigesto, que é a nomeação dos diretores das escolas públicas do Paraná.

Já se denunciou a inversão estabelecida pela Secretaria da Educação, no momento de nomear, escolhendo professores poucos votados, preterindo professores muito votados. E hoje, trago a esta Casa mais uma distorção praticada pela senhora Secretária da Educação.

Ocorre que sua excelência nomeou, no final da última semana a professora Luiza Pereira Kopzak, para dirigir a escola Humberto de Alencar Castelo Branco, no município de Piraquara. E quando começou a semana, a presente, a professora Luiza tomou conhecimento de que estava destituída do cargo; e foi nomeada a segunda colocada que fez 105 votos contra 495 da professora demitida.

Chego à conclusão de que nunca se fez tanta politicagem na educação do Paraná, como no atual governo, onde tudo pode ser feito, desde o desprezo ao voto da comunidade até o descalabro de anular um ato de nomeação por pressões meramente políticas em espaço de poucas horas, e explico. A professora então nomeada no final da semana passada, pela senhora secretária da Educação, deste Estado, recebeu no dia da eleição recente, de 15 de novembro de 1982, uma ameaça do candidato do PMDB, senhor Alceu Zielonka, e ele afirmava que se vingaria da professora porque ela trabalhava então para o PDS, e porque ela é irmã de um cidadão que foi por dois mandatos vereador do PDS, e antigamente da Arena, no município de Piraquara.

E quando foram divulgadas as nomeações para as escolas de Piraquara, ato contínuo o prefeito e líderes do PMDB daquele município foram à Secretária e exigiram dela a demissão sumária da diretora que já estava nomeada.

E a Secretária cedeu as pressões, o que aliás não me surpreende, e nomeou a professora colocada em segundo lugar.

Se houve neste País muitos cassados pelo arbítrio, eu posso dizer com tranquilidade que a professora Luiza Pereira Kopzola de Piraquara, foi cassada pela policatilha que o atual governo institucionalizou na educação paranaense sem um número de vergonha e de respeito pelo magistério e pela comunidade. Como também devo afirmar que o governo José Richa reduziu a níveis inacreditáveis o valor do voto popular. Não fora assim e respeitaria a decisão do povo para nomear as diretoras, guardiãs paranaenses.

Era só, senhor presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Gernote Kirinus, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Werner Wanderer, inscrito.

O SR. WERNER WANDERER — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"A informação correta é um dever inerente do mandato parlamentar.

Assim entende esta Casa - e com total acerto ao contratar os serviços da Celepar, e aqui instalando um terminal de computação do Senado Federal, Prodasen, plenamente capacitado para fornecer-nos, a qualquer momento e em detalhes informações sobre o processo legislativo federal.

Mas nem todos, senhor presidente, senhores deputados, estão interessados em bem informar-se para melhor informar.

A imprensa paranaense, nos últimos dias, publicou repetidos "releases" em que o senhor deputado Gernote Kirinus, pretendo monopolista das boas causas, faz apelos para a inclusão dos municípios paranaenses situados nas áreas de segurança nacional nas providências legislativas em curso para a declaração da autonomia das unidades municipais que ainda não as possuem.

Deu a entender o Parlamentar que, por desídia ou desinteresse, ninguém até agora pensara em tal medida.

Como representante da região Oeste, que me honro em ser há três legislaturas, atuo fundamentalmente nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Santa Helena, ambos situados na área de segurança nacional. Em contacto permanente com as populações daqueles municípios, também sinto e defendo o processo de eleição direta em todos os níveis. Eu próprio, pelo voto, fui prefeito de Marechal Cândido Rondon e lá, sempre alcancei votações largamente majoritárias.

Mas o que me traz à tribuna é o desejo de restabelecer a verdade e, diante da desinformação do deputado Gernote Kirinus, esclarecer que, em absoluta igualdade com os municípios em igual situação dos demais Estados, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 748, de 28 de abril de 1983, de autonomia dos nobres deputados Norton Macedo, Antônio Mazurek e Alcenio Guerra, todos do PDS, e votados nas áreas de Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Santa Helena, Guaíra, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Capanema, Barracão, Pérola do Oeste, Planalto e Santo Antônio do Sudoeste e convocando eleições para as suas prefeituras.

Tal projeto de lei foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, tendo como relator o Deputado Leorne Belém, também do PDS, e encaminhando à Comissão de Segurança Pública no dia 10/08 do corrente, tendo como relator o deputado Francisco Rolembergue do PDS de Sergipe, obedecida a procedência estabelecida pelo Regimento Interno da Câmara dos deputados.

Lamentavelmente, alguns jornais omitiram os municípios paranaenses ao citarem a decisão da Comissão de Constituição e Justiça referente também aos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Bahia.

Mas isto não deveria ser razão suficiente para que, tendenciosamente, alguém encampasse tal omissão, a não ser que a má-fé tenha sido a inspiradora dos "releases" a que antes me referi.

Para que não parem dúvidas, permito-me anexar a este pronunciamento cópia do Projeto de Lei nº 748, com sua justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 748

(Dos senhores Norton Macedo, Alcenio Guerra e Antônio

Mazurek).

Declara a autonomia dos municípios sediados na área de segurança nacional, no Estado do Paraná e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Fica declarada a autonomia dos municípios de Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Guaíra, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Capanema, Barracão, Pérola do Oeste, Planalto e Santo Antônio do Sudoeste, no Estado do Paraná.

Art. 2.º — As eleições para a prefeitura e vice-prefeitura dos municípios referidos no Art. 2.º serão realizadas em 15 de novembro de 1984.

Parágrafo único — Os prefeitos e vice-prefeitos eleitos tomarão posse imediatamente após a proclamação oficial dos resultados das eleições, em data fixada pela Justiça Eleitoral, e seus mandatos obedecerão o mesmo período dos mandatos municipais atualmente em vigor.

Art. 3.º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A Câmara dos Deputados aprovou, em data de ontem, o Projeto de Lei nº 72, de 1983, que concede autonomia para o município de Santos, no Estado de São Paulo.

Ultrapassam a 120 (cento e vinte), em todo o Brasil, os municípios incluídos nas chamadas áreas de segurança nacional, entre os quais 11 (onze) localizados no Estado do Paraná, aos quais se pretende, através deste projeto de lei, devolver a autonomia, convocando-se, em data fixada, eleições para suas prefeituras e vice-prefeituras.

Esta iniciativa não é original. Em outras legislaturas, diversos deputados federais, entre os quais dois dos signatários, a intentaram, sem êxito.

Agora, porém, são outros os tempos. A abertura democrática implica no voto direto de todo o povo, em todos os níveis.

E a oportuna decisão unânime da Câmara dos Deputados, restabelecendo a autonomia do município de Santos, com o apoio de todos os partidos políticos, aconselha que, nesta oportunidade, se proponha novamente a autonomia também para Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Guaíra, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Pérola do Oeste, Planalto e Capanema, da mesma forma que abre caminhos para a autonomia de todos os demais municípios de área de segurança nacional, em diversos Estados brasileiros.

Limitamo-nos, porém, neste projeto de lei, aos municípios paranaenses, para não tolher a iniciativa dos parlamentares dos outros Estados que, como nós, pretendem a definitiva liberação dos municípios que representam no Congresso Nacional.

Sala das Reuniões, em 28 de abril de 1983.

(aa) NORTON MACEDO
ALCENIO GUERRA
ANTÔNIO MAZUREK".

O SR. WERNER WANDERER — Senhor presidente, senhores deputados fiz questão de trazer à tribuna este pronunciamento dizer que desta tribuna e deste plenário, quantas vezes, nós do PDS, estávamos falando que queríamos eleição direta dos municípios de área de segurança nacional.

Tanto isto é verdade, que os próprios deputados do PDS, antes de qualquer um dos deputados do PMDB, apresentaram na Câmara Federal o projeto de lei que já tem o parecer favorável da Comissão de Justiça.

Gostaríamos mais uma vez de dizer, tanto como o deputado Tércio e outros deputados do PDS, que representam os municípios de área de segurança nacional, estamos a favor de eleição direta não só nos municípios de áreas de segurança nacional, como para presidente da República.

Era só, senhor presidente.— (Sem revisão do orador).
(Reassume a presidência o senhor deputado Nestor Baptista).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Jorge Maia Filho, inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Senhor presidente, senhores deputados.

Tivemos oportunidade de ontem participar ativamente no Terceiro Fórum de Debates instalado na Assembléia Legislativa. Podemos hoje constatar, na realidade, a intenção do senhor presidente da Assembléia Legislativa. Foi de promover um amplo debate sobre a eletrificação rural.

Mas o que sentimos dentro da participação desse Fórum de Debates é que foi totalmente direcionado pelo senhor secretário do Interior, o deputado Nilton Friedrich.

O que propunha este Fórum de Debates? Que durante um certo período de instalação seriam feitas palestras, teria ocorrência de explicações, inclusive de professores trazidos de outros Estados. O que foi muito produtivo também.

Mas em determinado ponto, este Fórum de Debates transformaria-se, na realidade, em um fórum de debates para tirar as dúvidas existentes naqueles que ali participavam.

Foi levantado um problema, cruciante, a respeito da eletrificação rural. Todos nós somos favoráveis ao barateamento - inclusive elogiamos este plano do governo que aí está, em baratear a eletrificação rural. Apenas num ponto parece que incide uma certa dúvida; talvez até uma discórdia.

É justamente na troca, na substituição, no poste existente de concreto, pelo poste de madeira.

Estiveram ontem, no Fórum de Debates, onze empresários donos de onze firmas construtoras de artefatos de concreto, para debater sobre o assunto. Porque foi apresentado por nós, naquele Fórum, um trabalho feito pelos técnicos da Copel, o qual também notamos e não admitimos a não presença dos técnicos da Copel naquele Fórum de Debates, porque eles representam o órgão máximo da eletrificação no Paraná.

Pudemos provar, por um documento de diversas laudas, o problema social, o problema financeiro, o problema ecológico, o problema de durabilidade, os custos, a viabilidade para o Paraná do poste de concreto, não o poste de madeira. Isto provado por dados técnicos e que vai ser um trabalho que irei fazer e apresentar nesta Assembléia, nas próximas semanas.

O que vimos foi apenas um jogo de palavras dimensionadas, com panfletos apenas referentes aos postes de madeira. E na hora do debate, senhores deputados, quando os senhores empresários se preparavam para expor os seus motivos, eis que o horário do debate foi

repassado a palavra aos dois ilustres professores, que ocuparam por uma hora e tanto aquele horário, sem dar a chance aos empresários e logo em seguida, com a presença do senhor governador, que nada teve de participação foi encerrado o Fórum de Debates.

Estão hoje aqueles empresários, que representam mais de vinte mil empregos ao nosso Estado, desesperados, sem saber o que fazer, quando a sua oportunidade de provar, que o seu material, aquele que ele fabrica e usa no nosso Estado, está simplesmente para ser substituído por postes de madeira que só poderão ser comprados no Rio Grando do Sul, em Minas e na Bahia, deixando como uma das conseqüências o ICM do nosso Estado, para aquele lado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Encerrado o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Senhor presidente, senhores deputados.

Compareço a esta tribuna e tratarei de um tema por delegação da bancada do PMDB.

Pretendo fazer uma radiografia da situação em que o governo José Richa ao assumir, encontrou uma das empresas que compõe a estrutura político-administrativa do governo do Estado.

Quero me referir à Emopar. Se eu tivesse que titular este meu pronunciamento, eu o rotularia como exemplo mais gritante de descalabro administrativo, cometido pelo governo passado.

Eu o titularia também, como a maior vergonha e a mais horrível herança que o governo José Richa recebeu do governo passado.

Diria inicialmente, senhor presidente, senhores deputados, que baseado em relatórios que nos chegaram às mãos, relatórios da diretoria atual que é presidida pelo senhor Francisco Deliberador Neto, diretor superintendente, diretor administrativo-financeiro, Laudemir Turra, diretor técnico, João Pedro da Rocha Neto, eles elaboraram relatório circunstancial.

Mas recebi também, senhor presidente, um relatório elaborado pelo corpo funcional da Emopar e é sobre esses dois documentos e mais alguns, que vou me pronunciar.

E vou me pronunciar ocupando o Grande Expediente, e o Horário da liderança, que por certo me será concedido.

Em primeiro lugar, senhor presidente, senhores deputados, quero que cada um, e todos os senhores deputados, que nos honram com a sua presença agora neste plenário, tenham em mente a importância que é das maiores, de um organismo como a Emopar.

Tenho aqui, senhor presidente, senhores deputados, num dos relatórios, uma descrição do que é essa instituição; com a lei que a criou, com todos os documentos que definem as suas atribuições; com um rol de atribuições; inclusive com um histórico. Um histórico, que nos leva até aquele momento da história administrativa do governo do Estado e que existia um Departamento; o Departamento de Edificações e Obras, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, que foi extinto, em 1971, com a lei que criou a

Emopar, instalada no ano seguinte. Não vou aqui me deter a esses aspectos, senhor presidente, peço inclusive, para que neste meu pronunciamento, inclua-se aquilo que tenho aqui escrito, sobre a instituição e sobre a sua história.

E não leio, senhor presidente, porque tenho a consciência, de que cada deputado, sabe da importância de um órgão como esse, centralizando todas as tarefas administrativas, relativas à edificação de prédios e ao fim das contas, as obras de edificação.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Peço a Vossa Excelência que me considere inscrito, como aparteante, no momento em que Vossa Excelência julgar conveniente.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Pediria à assessoria da liderança que fosse anotando, porque eu espero, que nasça deste meu pronunciamento, um debate. E por isso, desde já, quero informar que darei os apartes na ocasião devida. E quero ser apartado, para defender uma grande instituição que é a Emopar.

Mas, senhor presidente, baseado nos relatórios, quero trazer em primeiro lugar, uma análise da situação econômico-financeira, encontrada na Emopar, pelo governo José Richa. E vou me ater apenas a comentar, parcialmente, um quadro no relatório da diretoria.

Compara, a evolução da receita e da despesa total. Compara desse organismo, desde 1976, até 1983; 5 meses desse último ano; até maio de 1983.

E para resumir, senhor presidente, não vou aqui, evidentemente, mostrar a série histórica da receita; a série histórica da despesa, consideradas as receitas e despesas totais.

Vamos nos limitar ao lucro e ao prejuízo em cada exercício. Partindo de 1976, lucro zero. Em 1977, lucro de 503 mil cruzeiros; e a partir daí, prejuízos sucessivos. 3 milhões 931 mil cruzeiros em 78, ou valores um pouco superiores ou inferiores a esses nos anos de 79 e 80; 1.981 também, um valor relativamente baixo, um prejuízo de 4 milhões e 500 mil cruzeiros. Mas, em 82, o ano eleitoral, um prejuízo de 264 milhões e 287 mil cruzeiros. E nos cinco meses de 83, um prejuízo de 143 milhões e 918 mil cruzeiros.

Isto mostra, senhor presidente, senhores deputados, que considerando todas as receitas, todas, repito, todas as despesas, repito, todas, houve esta evolução do saldo da empresa. Apenas no ano de 1977, um superávit. Nos demais exercícios foi um prejuízo.

Quero agora, senhor presidente, me basear em outro quadro demonstrativo, o relatório da diretoria, já não mais considerando as despesas e receitas totais, mas admitindo tão só e exclusivamente, as receitas e despesas operacionais, isto é, aquelas relativas às finalidades da própria Emopar e, a evolução mostra prejuízo desde o exercício de 76. Mas, um prejuízo também que cresce extraordinariamente, culminando com um prejuízo elevadíssimo em 82.

Em 76, o prejuízo foi de 4 milhões e 30 mil cruzeiros; caiu em 77, para 272 mil cruzeiros; em 78, pulou para 9 milhões e 37 mil cruzeiros. Em 79, 18 milhões de fração, para facilitar as anotações do nobre líder da Oposição, deputado Luiz Alberto Oliveira. Em 1980, quase 29 milhões; em 1.981, pulou para quase 114 milhões e em 1.982, um ano eleitoral, foi para 389 milhões aproximadamente.

Quero dizer também, ia esquecendo, que naquele primeiro quadro e neste, os valores financeiros são a preços corrente, a preços históricos. Não levaram, portanto, o problema da inflação.

Senhor presidente, um terceiro quadro, vou me basear no relatório dos funcionários. Traz uma comparação entre a receita e despesa operacionais, acrescida dos recursos que foram repassados pelo governo do Estado, pelo Tesouro Estadual.

E neste ponto, apenas o ano de 1982 é que dá prejuízo. Os outros anos deram lucro. Lucro pequeno, lucro que vai desde o menor de 503 mil cruzeiros, em 1.977, para um lucro de 20 milhões, 252 mil cruzeiros, em 1981.

Mas, em 1982, houve prejuízo, mesmo levando em conta os recursos repassados pelo governo do Estado.

O prejuízo, em 82, neste quadro é de 218 milhões e 682 mil cruzeiros. E em 83, nos 5 meses, o prejuízo, levando em conta as receitas e despesas operacionais acrescida dos recursos repassados pelo Tesouro do Estado sobe a 199 milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil cruzeiros.

Esta é a situação econômico-financeira, mas devo em seguida explicitar o quadro de pessoal encontrado na Emopar e vou me basear pelo relatório da diretoria.

Aqui está, senhor presidente, o número de funcionários da Emopar, em 76, foram de 99 funcionários; em 1981, 1982, funcionários, até maio de 83 tinham sido demitidos 5 funcionários, portanto de acordo com este relatório 190 funcionários existiam até fins de maio de 83.

Quero mostrar, no entanto, que enquanto a receita operacional cresceu de um índice 100 em 1976; em 1982, e estes cálculos foram feitos por mim, não estão no relatório, o índice de crescimento do custo de pessoal, cresceu quase 47 vezes, então o índice pulou para 4.688, isto a receita, guarde este número, 4.688, índice 100 em 76, índice 4.688, em 82.

No entanto, o custo financeiro do pessoal, o índice 100 de 76, pula para 6.274, quer dizer que, enquanto a receita cresceu 46 vezes, quase 47, o custo de pessoal cresceu quase 63 vezes mais, muitas vezes mais.

Outro dado muito importante para conhecer o descalabro administrativo que eu vejo na Emopar, é que o percentual da despesa de pessoal sob a receita total, era em 1976, 75 por cento, caiu para 68, 67, nos anos subsequentes, mas em 1982, a despesa com pessoal atingiu a 106 por cento da receita total. Toda a receita total era menor do que a despesa com pessoal, em 82.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, outro dado interessante, para que nós possamos definir, definir o descalabro administrativo que houve na Emopar, é no que se refere a taxa de administração, a Emopar tem uma receita relativa a taxa de administração, valor da obra, um certo percentual de taxa de administração, este percentual varia de 5 a 10 por cento, variável em função do tipo da obra, porque há obras que exigem mais tarefas, outras que exigem menos tarefas a cargo da Emopar.

E eu vou me basear num quadro extraído do relatório da diretoria, a taxa média de administração, e mais tarde vou fazer um histórico relativo à política adotada pela empresa em relação a essa taxa...

O Sr. Mário Pereira — Deputado Adhail, permitiria um aparte?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Darei o aparte dentro em breve.

Em 1976, a taxa média era de 2.34, pulou, em 77, para 4.32; pulou em 78, para 4.75 por cento, sempre;

em 79, 8.08; em 80, 7.66; e, em 81 — pasmem Vossas Excelências, desceu para 2.91; em 82, 2.19; a taxa de administração. Em 83, nos cinco meses, pulou para 5.60%.

São dados que eu peço que os deputados anotem porque depois nós vamos analisar as causas desse descalabro. Por último, quero, para nós termos uma visão da situação encontrada, dizer que encontramos a EMOPAR, o Governo José Richa encontrou a EMOPAR, com índice de liquidez corrente igual a setenta e três centésimos, 0.73. Isso quer dizer que para cada um cruzeiro de dívida da empresa, a empresa tinha só e apenas setenta e três centavos para o pagamento de despesas de curto prazo — entendido aí curto prazo, cento e oitenta dias. Mas o mais grave é o parâmetro que mede o índice, que dá o índice de liquidez imediata; esse índice é de três centésimos; não há empresa que possa trabalhar com índice desse tipo, ou desse nível; para cada um cruzeiro de dívida, a EMOPAR só tinha três centavos para pronto pagamento; três centavos. Uma empresa privada que chegasse a esse ponto estava num alto grau de liquidez, ou um baixo grau de liquidez. Atentem para esses dados.

Mas, por que aconteceu isso, na EMOPAR? E darei o aparte depois de comentar as causas. O que ocasionou isso? Quero me basear, em primeiro lugar, num informação, e eu endosso, a partir da metade do ano de 1981, a situação agravou-se em virtude da criação da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios porque as despesas foram suportadas, as despesas dessa Secretaria, foram suportadas pela EMOPAR. Diria adiante, senhor presidente, e vou analisar aqui alguns fatores que concorreram para essa situação caótica da EMOPAR: alto custo com o pessoal, ou alto dispêndio com o pessoal como demonstra aquele quadro a que me referi, principalmente depois da semestralidade adotada por força de Lei Federal.

As despesas com pessoal apresentam um percentual de sessenta e três a cento e seis por cento da receita total, no período de 76 a 82, conforme vimos. Essa é uma das causas; não havia, na EMOPAR, uma política de pessoal adequada como ainda voltarei a demonstrar. Outra causa é a taxa de fiscalização de obras, ou a taxa de administração das obras cobrada pela EMOPAR de maneira oscilante e de baixo valor, conforme também penso ter demonstrado ao analisar aquele quadro respectivo. A taxa fixada pela administração oscila de cinco a dez por cento, mas, nós vamos ver mais tarde, quando fizermos novos comentários, sobre este item, a grande bomba de que era definir para a EMOPAR, no sentido de não cobrar taxa sobre determinados serviços, como vamos ver até como determina os serviços feitos pela EMOPAR sequer eram cobrados, das Secretarias que eu pedi.

Mas, vou adiante, senhor presidente, e leio aqui mais um tópico, sobre a criação da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios. E como já dissemos, foi sustentada, foi suportada pela EMOPAR.

Em 1982, apenas mais um exemplo, o montante de despesas paga pela EMOPAR, e de responsabilidade pela Secretaria, que me referi, foi de cento e sessenta e cinco milhões e quatrocentos e setenta e sete mil cruzeiros.

Em 1983, naqueles cinco meses, quarenta e quatro milhões, cento e trinta e dois mil cruzeiros. Gravem esses dados. Despesas da Secretaria pagas pela EMOPAR.

Queria salientar, também como causa deste descalabro público, o custo do pessoal da EMOPAR colocados à disposição de outros órgãos, acarretando ônus para a empresa, sem o respectivo retorno dos recursos.

No montante de seis milhões, quatrocentos e um mil cruzeiros por mês, por mês relativos a dezessete funcionários. Vou mais além, senhor presidente, havia na administração passada um excesso de burocracia e de controles, que oneravam o setor administrativo, traduzido principalmente na demora en-

tre elaboração do orçamento da obra, e a emissão da ordem de serviço, por parte dos órgãos públicos.

Diria mais, baseado no relatório da diretoria, de um dos fatores que contribui para a situação caótica da EMOPAR, são despesas de custeio elevado, cujos percentuais variavam entre vinte e cinco a vinte e sete por cento da receita total, conforme já demonstramos.

Queria também, assinalar como causa, a concorrência acirrada dos órgãos públicos estaduais, naquelas tarefas que foram determinadas para serem exclusivas da EMOPAR, eliminando por conseguinte, a participação da EMOPAR, numa determinada taxa de administração, de uma determinada receita.

Entidades, como a FUNDEPAR, a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, a Café do Paraná, a COPASA, a TECPAR, a Secretaria de Segurança Pública, e outras mais, da própria estrutura do Governo, contratavam e fiscalizavam edificações, construções, e, também faziam reparos, contrariando, inclusive dispositivo da própria lei.

Pedido de orçamento, que vinham em grande quantidade, apenas, para orçar uma determinada obra, que muitas vezes, inclusive, sabia-se de antemão, que não seriam executadas, por faltarem respaldos financeiros, mas, que solicitavam da EMOPAR o orçamento, gerando, portanto, maior dispêndio para a própria EMOPAR, já que devemos prever, que cada orçamento de obra pode custar no mínimo trinta mil cruzeiros.

Mas, vamos adiante, senhor presidente, outros fatores, eu poderia mencionar, e agora me basearei no relatório que me foi encaminhado por um grupo de funcionários. Diz o relatório:

“E esta seqüência de fatores podem superpor os já feitos, só que aqui colocamos num processo histórico para que Vossas Excelências vejam em que Governo as coisas acontecem, e o que acontece.

“Em 1979, grande aumento de número de funcionários, conseqüente distorção e abandono de política salarial que havia anteriormente, adotada nos primeiros anos de empresa.

Falta de conhecimento, por ignorância ou proposital, dos objetivos da EMOPAR, ou parte de outros órgãos do Estado.

Criação de setores em diversos órgãos do Estado, com a finalidade de executar serviços que estão afetos à EMOPAR, ou para fiscalizar julgando, talvez, por convivência que, a empresa não pertence ao Estado ou que os seus dirigentes não mereciam a confiança depositada pelo Chefe do Governo

Várias obras executadas pela EMOPAR sem que os órgãos solicitantes efetuassem o reapasse de recursos financeiros, nem após a execução da obra, sendo que, conforme já foi citado na parte referente à filosofia empresarial, os recursos deviam ir antecipadamente à execução da obra.

Utilização da empresa, tanto de sua estrutura como de seus poucos recursos financeiros desviados, muitas vezes, de obras a serem executadas, para fins eleitorais como: manutenção de comitês, gastos com veículos, transporte aéreo, viagens, propaganda, telefone, publicidade, outras despesas mais sem contar com o pessoal da empresa que estava à disposição dos comitês referidos.” (Assume a Presidência o sr. deputado Werner Wanderer)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência lamenta informá-lo que o seu tempo está esgotado.

Porém, concede-lhe mais um minuto.

O SR. ANTÔNIO FONSECA — O senhor deputado que está na tribuna poderá ocupar o Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra, o orador que se encontra na tribuna.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu continuo, senhor presidente, pretendo ocupar a tribuna mais um pouco, para ouvir os apartes que me foram solicitados.

Continuo a ler aqui, senhor presidente:

“Causas:

Apesar do grande volume de obras que foram executadas

no exercício de 82, atingindo a cifra de nove bilhões de cruzeiros, não recebeu, a EMOPAR, a retribuição que lhe era devida, tendo inclusive sua receita reduzida, pois ocorreram despesas operacionais de atendimento às obras da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, gratuita e graciosamente; obras essas que atingiram em sua totalidade, a cifra de quatro bilhões e seiscientos milhões de cruzeiros, a qual, aplicada à taxa de cinco por cento, resultaria a receita (resultaria, não, resultou) de duzentos e trinta milhões de cruzeiros”.

Mas, senhor presidente, isso é do Relatório, só que no Relatório está, senhor presidente, também a opinião da auditoria realizada pela Firma Pereira & Pesche S.C. Ltda., onde consta textualmente: “Nossas diligências ainda nos permitiram observar atrasos nos recebimentos de verbas destinadas às obras a cargo da EMOPAR, cujos repasses nos foram transferidos com bastante atraso, obrigando a lançar mão de seu próprios recursos, a fim de que o cronograma financeiro das obras fosse cumprido dentro dos prazos estabelecidos; por outro lado, esses atrasos da entrada dos recursos que alterou o modelo de comportamento, verificado nos exercícios anteriores, permite-se justificar a insuficiência na arrecadação da receita, de juros sob títulos de renda; a entrada normal desses repasses teria permitido à EMOPAR, obter receitas de juros pela aplicação financeira a curto prazo, caminho adotado em exercícios anteriores para reduzir parcialmente o impacto da inflação, e equilibrar o orçamento no exercício”.

Mas, senhor presidente, eu poderia tecer considerações sobre a taxa de administração; eu poderia também, senhor presidente, tecer considerações sobre o capital social que eu considero extraordinariamente reduzido; eu poderia também tecer considerações sobre as contas a receber e nesse sentido eu o faço:

“Contas a receber:

Conforme levantamento executado pela empresa, Valores a Receber, conforme demonstrativo anexo, na ordem de duzentos e trinta e um milhões, trezentos e cinquenta e oito mil cruzeiros”.

Estão aqui os Créditos da EMOPAR, que totalizam esses duzentos e trinta e um milhões: Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, treze milhões; PARANATUR, oito milhões; TECPAR, doze milhões; Secretaria de Planejamento, cento e quinze milhões; Secretaria de Bem-Estar, quase dois bilhões; Fundação Caetano Munhoz da Rocha, quase seis bilhões; IAM, oito bilhões e quatrocentos milhões; PROMOPAR, três bilhões e quatrocentos milhões; Secretaria de Segurança, cento e trinta milhões. (Há pouco cometi uns erros, não era “bi”, era “mi”); e IPE, setecentos e oitenta e seis milhões de cruzeiros.

Isso com obras em andamento, e é datado do relatório. Mais obras encerradas: a ACARPA, quarenta e dois milhões de cruzeiros; CEASA, um bilhão e trinta e um milhões; DER, quinhentos e quarenta e três mil; Fundação Caetano, três milhões, seiscentos e cinquenta e sete milhões; e por aí afora, dando um total de duzentos e trinta e um milhões e trezentos e setenta e cinco mil cruzeiros em números redondos. Isso é receita que ainda precisa entrar, e se não entrar, aumenta o prejuízo a que foi referido naqueles levantamentos, no que corresponde às taxas de administração, respectivas.

Mas senhor presidente, eu poderia tecer mais considerações sobre a administração de pessoal, também sobre a participação de órgãos que poderíamos chamar de até espúrios, existentes na estrutura administrativa do Estado, e poderia até resumir tudo isso, como causas do descalabro administrativo da EMOPAR. Não o faço, senhor presidente, porque o tempo não vai me permitir, mas peço que a Mesa considere como lidas as partes desses documentos que eu tenho à mão, para compor a estrutura do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu agradeço senhor presidente, como agradeço também à Liderança do meu Partido, em permitir que eu possa ocupar a tribuna no horário da liderança.

Estamos aí em frente de um caos administrativo, e de uma situação caótica numa empresa do Estado.

O que podemos fazer? O que é que nós podemos fazer? Há quem pense e eu penso assim, que a EMOPAR tem que ser mantida. Ela deve ser mantida cabendo ao Governo do Estado, de uma vez por todas, repassar recursos, para que ela possa pagar todos os seus prejuízos; repassar recursos para aumentar o seu capital social, mas ao mesmo tempo, em que deva existir repasses para finalidades e montantes e serem discutidos, também deve haver uma preocupação na administração da EMOPAR, pela redução de custos, e aí vai até, e eu digo isso com dor no coração — porque nós estamos num conjuntura difícil nesse País, porque o Governo Federal nos colocou na triste situação de uma economia altamente recessiva, que diminui os investimentos geradores de emprego, estimula os investimentos especulativos e por isso, eleva a taxa de desemprego.

Quando eu digo redução de custos, é estabelecer um quadro de pessoal compatível com o volume de obras a cargo da empresa.

Outros no entanto, senhor presidente, senhores deputados preconizam a extinção da EMOPAR. O custeio para levar a essa extinção, para mim, a grosso modo atinge quase que, o mesmo montante financeiro, a grosso modo, repito, necessário, para que injetando recursos do Governo do Estado ou do Tesouro do Governo do Estado, à EMOPAR, ela possa reincetar a sua caminhada a cumprir com as suas elevadas funções.

A extinção vai dar um custo idêntico àquele que seria necessário para reestimar a EMOPAR. Além de que, vai pulverizar os diversos órgãos da estrutura político-administrativa do Governo do Estado; vai pulverizar órgãos para fazer aquilo que hoje, a EMOPAR faz.

E nesse sentido eu quero ler alguns aspectos positivos que justifica a manutenção da EMOPAR.

Primeiro a sua origem que nós temos em mente. A EMOPAR foi criada para agilizar a proporcionar maior flexibilidade nas funções a que ela pressupõe cumprir. É uma empresa eminentemente prestadora de serviços, sem fins lucrativos, pertencente ao Estado. É um elo de ligação entre Governo e as classes empresariais ligadas à indústria de construção.

Centraliza um único órgão público de atividades idênticas e recursos afins a essas mesmas atividades. Utiliza custos, pode e deve utilizar custos, convergindo esforços e, conseqüentemente, proporcionando maior satisfação aos interesses do Governo do Estado.

O quadro de pessoal da EMOPAR é de muita tradição histórica, a qual não podemos desprezar nestes sete anos de vida da empresa. Não podemos desprezar uma mentalidade empresarial no trato da coisa pública que é a EMOPAR proporcionar. É uma estrutura já montada, distribuída em todo interior do Estado do Paraná, possibilitando o atendimento em curto espaço de tempo para qualquer região do Estado. Unifica e padroniza sistemas de licitação, fiscalização, direção e orçamento de obras; aspectos positivos que eu endosso plenamente, para a manutenção da empresa.

E acrescento, já que a minha opção é pela manutenção, senhor presidente, as desvantagens da extinção da EMOPAR: desativação de uma estrutura administrativa centralizada; criação de novas estruturas de cada órgão do Estado com maior ônus ao erário público; diversificação do sistema de licitação, orçamentos e custos; entraves de iniciativa privada devido à diversificação em critérios de licitação; convergência múltipla de pessoal de diversos órgãos num mesmo município ou região, para tratar do problema de edificações. Teríamos então, várias

pessoas no mesmo município tratando dos mesmos problemas. Mais burocracia!

Somos pela manutenção da EMOPAR. E concluo senhor presidente para ouvir os apartes. Acho que o Governo do Estado deve tomar medida de ordem financeira, mediante o encaminhamento de recursos para a EMOPAR, de forma até antecipada em relação às obras, ressarcindo dos recursos que a EMOPAR gastou para efetuar obras nas Secretarias. Ressarcir das despesas com pessoal que foi colocado à disposição em outros órgãos, no passado. Respeito a taxa de administração, liberação antecipada de recursos das obras, participação no projeto de apoio aos pequenos e médios municípios do Paraná. A EMOPAR pode participar do programa BIRDE, deve-se dar essa atribuição à EMOPAR, além de outros programas especiais que tenham obras a executar.

De ordem operacional, respeito a lei que criou a EMOPAR e respeito também um a decreto de Sua Excelência, o senhor Governador do Estado, o recente Decreto 517/83, gerenciamento empresarial, que não havia, redimensionamento do quadro de empregados, veja bem, redimensionamento e escritórios regionais.

E finalmente, divulgar as finalidades da EMOPAR para que não se ouçam aí determinadas afirmações que demonstram desconhecimento das reais funções da EMOPAR.

Mas senhor presidente, eu ainda teria senhor presidente e vou fazer em outra oportunidade. Eu tenho uma idéia que vou fazer desta tribuna. Já o fiz na estrutura administrativa do Estado, é no que diz respeito à reforma da estrutura administrativa do Governo do Estado. Fala-se em criar novas secretarias.

Eu tenho uma idéia, mas eu estou já há quinze minutos para encerrar, mas quero ouvir os apartes. E por isso meu presidente, deixo esse tema para uma outra oportunidade e passo a ouvir os aportes, primeiramente do deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e comunico que irei ocupar a tribuna no horário da liderança para responder ao pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Em todo o caso, desde já fica o nosso agradecimento, Deputado Mário Pereira, por gentileza.

O Sr. Mário Pereira — Deputado Adhail, eu quero inicialmente parabenizá-lo pelo seu exaustivo trabalho, fazendo uma análise da situação atual da EMOPAR, muito bem colocado, muito bem exposto, que dá a idéia da real situação dessa empresa de obras públicas.

Eu queria no meu aparte Deputado Adhail, antes de entrar exatamente no aparte, fazer uma pergunta que possa parecer absurda, mas eu gostaria de saber se o deputado tem em mãos dados que informam qual o lucro do Departamento de Engenharia da FUNDEPAR, ou qual o lucro ou prejuízo do Departamento de Engenharia da Secretaria de Segurança. Ou ainda mais, qual o lucro do Departamento de Pessoal da Secretaria das Finanças? Não deve ter em mãos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Não temos.

O Sr. Mário Pereira — É evidente, porque o relatório de pagamento não deve dar lucros.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Que não deve dar?

O Sr. Mário Pereira — Que não deve. Mas eu poderia perguntar e aí não seria absurdo, qual o custo das diversas estruturas de engenharia espalhadas pelas diversas secretarias e órgãos deste Governo. E aí poderia ser respondido se tivéssemos os dados em mãos, o custo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu inclusive estou nesta Casa, querendo saber se há o encaminhamento dos balancetes mensais do Governo do Estado, porque aí nesses balancetes mensais nós poderíamos descobrir os custos dessas

atividades da estrutura administrativa do Estado.

O Sr. Mário Pereira — E se soubéssemos, deputado Adhail, qual é o custo dos diversos departamentos de engenharia, dos diversos órgãos do Estado, poderíamos saber qual o prejuízo suportável pela EMOPAR, que seria talvez o mesmo custo desses departamentos de engenharia se fossem extintos. Poderia a EMOPAR até ter prejuízo, que não seria um verdadeiro prejuízo, porque seria a absorção de um custo que o Estado já absorve.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Que a EMOPAR poderia bem executar como estrutura de pessoal adequado e portanto, sem aumentar os custos globais da administração pública.

O Sr. Mário Pereira — Exatamente. Mas então, eu entro exatamente agora para dar a minha opinião ao deputado Adhail neste importante pronunciamento. Na minha opinião, a EMOPAR não poderia nunca dar prejuízo porque, como empresa pública, tem a oportunidade como nenhuma outra empresa de construção do Estado do Paraná tem, de no ano anterior ou quase com um ano de antecedência, saber que obras serão executadas no ano seguinte, e preparar-se estruturar-se, organizar-se com uma estrutura de pessoal e física adequada à execução daquelas obras...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Perfeito, isso é racionalidade administrativa.

O Sr. Mário Pereira — Segundo a minha opinião, também, Deputado Adhail, a Emopar não deveria contratar obra alguma com empreiteira alguma deste Estado. A Emopar é uma empresa que deveria fiscalizar e licitar as obras como órgão de engenharia da confiança do Estado. Não aconteceria então, portanto, dívidas da Secretaria e de órgãos do Estado para com a Emopar e sim diretamente para com as empreiteiras.

A Emopar, trabalhando somente como uma empresa de fiscalização, assinaria contrato com as secretarias e diversos órgãos da administração para fiscalizar, licitar e fiscalizar as obras. E essas secretarias só liberariam as faturas para as empreiteiras com as quais ela assinaria o contrato de construção, mediante a aprovação por parte e autorização da Emopar.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu já conhecia a opinião de Vossa Excelência e não me referia a isso porque eu sabia que, em aparte, Vossa Excelência ia dar essa valiosa contribuição ao nosso pronunciamento.

É importante saber-se que poderá, inclusive, no momento da licitação, já os concorrentes, e entre eles, aquela empresa que vai executar a obra, tomar conhecimento oficial que a fiscalização da obra não seria executada pela Secretaria tal e qual, e sim seria executada a fiscalização pela Emopar.

O Sr. Mário Pereira — Bom, Deputado Adhail, e continuando, desta forma, a Emopar teria como despesa somente a manutenção da sua estrutura física e de pessoal, e como receita as taxas de manutenção e, aí, até abordo o aspecto "valor" da taxa de administração. A taxa de administração poderá ser até de 2,86 por cento, como foi no governo passado, no ano passado, e não dar prejuízo à Emopar, porque esta, sabendo que obras vai fazer, a que custos serão executadas essas obras e sabendo que a estrutura terá que ter para poder fiscalizar e licitar essas obras, determina já, com antecedência, que taxa de administração deverá ser aplicada em cima daquele montante, do valor daquelas obras, e define que será cobrado neste próximo ano 3,875 por cento, digamos, e não dará prejuízo com uma

pequena margem para obras fortuitas como algum reparo, alguma ampliação, alguma reforma que não tenha sido prevista neste volume de obras que é previsto no orçamento.

E finalizo, Deputado Adhail, novamente cumprimentando-o pelo brilhantismo do seu pronunciamento, de que a Emopar, que também sou favorável à sua manutenção, além disto de proporcionar uma enorme economia ao Estado do Paraná, desde que se elimine todas as estruturas de engenharias de outros órgãos, pode ainda como uma empresa bem estruturada, com técnicos qualificados, pode normalizar as construções de obras públicas em diversos aspectos. E pode ainda prestar um outro grande serviço de interesse ao Estado, qual seja o de impedir a execução de obras faraônicas, dando-se à Emopar, à ela e somente ela, o direito de contratar também os projetos arquitetônicos. Que a Emopar que constrói, irá contratar dentro de uma realidade econômica e financeira, dentro de um custo a que se destina aquela edificação. Não ficando na mão de muitos diretores de órgãos, ou secretários, que querem — quem sabe — com alguma obra, deixar marcada a sua passagem por aquele órgão. E a Emopar poderia impedir no nascedouro, que é na contratação do projeto arquitetônico, os absurdos que se cometem por todo este País em obras faraônicas.

Meus parabéns, Deputado Adhail. Eu também sou favorável à manutenção da Emopar, dentro destes moldes. Muito obrigado.

O Sr. Tadeu França — Concede-me um aparte?

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agradeço a vossa excelência e teria algumas considerações a fazer sobre o seu aparte. Peço permissão, no entanto, para não fazê-lo agora, porque quero ouvir os apartes que me foram pedidos por outros deputados.

Pediria ao deputado Tércio Albuquerque, me honrar com o aparte solicitado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Adhail, agradeço pela oportunidade que me dá em apartear-lo neste pronunciamento em que vossa excelência analisa a Emopar. E parabelizá-lo antes de tudo, pela inovação que vossa excelência trouxe à Casa, que pela primeira vez vê um deputado usar a tribuna e trazer a seu lado o assessoramento para anotar os apartes que os deputados lhe pedem. Esta é uma inovação, e significa que a nossa Casa está progredindo. Que a nossa Casa deve estar dando estrutura aos srs. deputados, para que melhor se assessorem e falem em nome do nosso povo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Apenas é questão de convidar ou convocar o funcionário. Funcionário competente existe.

O Sr. Tércio Albuquerque — Muito obrigado pela informação de vossa excelência.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Acredito que a bancada de vossa excelência também tenha algum funcionário que possa fazer o trabalho que o funcionário da liderança do PMDB fez, com relação a este deputado.

O Sr. Tércio Albuquerque — Acho que vossa excelência deve estar enganado. O assessoramento da bancada do PMDB deve ser o triplo da nossa. A nossa não tem funcionários suficientes para aqui vir anotar os apartes que os srs. deputados nos pedem, quando estamos na tribuna.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Não diria o triplo.

Diria 33 por cento. Porque somos 33 por cento mais do que do que a bancada de vossa excelência.

O Sr. Tércio Albuquerque — Muito obrigado pela informação, apesar de já termos conhecimento. Vossa excelência não inovou em nada com sua informação aos nossos conhecimentos.

Meu caro deputado, a Emopar foi criada em nosso Estado, para dar uma estrutura melhor no funcionamento da fiscalização das obras que o nosso Estado contrata. Acredito que o trabalho de manutenção e de elaboração de projetos que a Emopar tem dado ao nosso Estado, tem sido eficientemente o que desejamos. Ela é constituída, deputado Adhail, por funcionários especializados. O quadro de funcionários da Emopar realmente merece elogios de nossa parte, tanto dos srs. deputados do seu partido quanto do nosso, porque acreditamos na eficiência destes funcionários.

Não podemos sequer admitir o pensamento de extinção da Emopar, porque ela é uma necessidade. Isto vem amedrontar inclusive a população paranaense, quando se fala em extinguir um órgão. Significa um aumento de desemprego e a retirada da tranqüilidade dos funcionários que compõem este órgão.

Agora, deputado Adhail, precisa-se saber se a direção nomeada pelo seu governo está realmente capacitada, e aqui não vai crítica nenhuma, para administrar esta obra que é composta por bons técnicos que ela tem no seu quadro de funcionários, e nós acreditamos, oficiosamente temos informação que o atual presidente da Emopar, senhor deputado, se não me falha, se não estou enganado no meu pensamento, o presidente veio de Iporã e ele passa mais da metade do seu tempo na sua cidade de origem, e a Emopar, fica entregue aos antigos e bons funcionários. Entretanto, eles estão carentes de seu dirigente ao lado, para dar continuidade às suas obras.

Mas, me parabeno com vossa excelência no que tange à sua preocupação, na continuidade deste órgão auxiliando o governo do Estado. Tem meus parabéns, e eu gostaria de tê-lo apartado na ocasião quando pedi o aparte, porque vossa excelência trouxe um discurso matemático a esta Casa, e nós nos perdemos com tantos números, porque computador não somos e nem tínhamos a cópia do seu pronunciamento para fazer uma análise na hora dos nossos apartes aqui nesta Casa.

Portanto, eu espero do nosso líder, deputado Luiz Alberto Oliveira, que com sua capacidade, com a sua inteligência, ao usar da tribuna, responda a vossa excelência e o apoie no que vossa excelência estiver certo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Vossa Excelência receberá das minhas mãos uma cópia do nosso pronunciamento, com todos os dados que eu trouxe a esta Casa nesta oportunidade.

Quanto à administração atual da Emopar, é evidente que eu aqui não estou para tecer loas a quem quer que seja. O passado dos homens que estão na diretoria atual da Emopar, nominados no meu pronunciamento, foram atestados que eles podem desempenhar eficazmente a tarefa que lhes foi dada pelo governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta Presidência concede um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Agora eu não entro nobre deputado, nestas fofocas todas aí mencionadas por vossa excelência.

O Sr. Tércio Albuquerque — Fofoca quem traz é vossa excelência.

Vossa excelência não queira ser professor nesta Casa. Vossa Excelência é um deputado tanto quanto nós todos aqui. Vossa Excelência é professor na universidade. Não venha querer ensinar aqui.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Vossa excelência trouxe para cá, eu chamei de fofoca porque parece que é.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa excelência é acostumado a fazer fofoca. Não venha tachar os outros deputados que têm o direito aos apartes. Vossa excelência tem que se comportar, como nós, respeitando os nossos apartes.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Eu trouxe a esta Casa apenas dados. Eu trouxe até agora, neste momento, nobre deputado, dados que eu posso comprovar. Vossa excelência trouxe uma informação e eu quero concluir, sr. presidente. (Tumulto no plenário)

(O Sr. Adhail Sprenger Passos pede para incluir os documentos anexos, fls. números 02 a 06).

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Esta presidência tinha concedido um minuto, e solicita à liderança do PDS, se quer fazer uso do espaço que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Fará uso do horário, em nome do PDS, por vinte minutos, o eminente deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. presidente, nobres srs. deputados.

Nós já dissemos em pronunciamentos anteriores, que faltaria autoridade moral à esta Casa, se aventando a hipótese de existirem atos de corrupção na administração pública do Estado, excluísse de qualquer investigação os seus próprios atos.

A suspeição que levantamos, referiu-se à contratação da empresa paulista Euler Consultores Associados, para elaborar o projeto de reforma administrativa deste Poder, mediante remuneração de 15 milhões de cruzeiros, sem a devida licitação pública.

E não vemos porque a Comissão Executiva poderia, se socorrer do Decreto 200/70, onde estão previstas as hipóteses de dispensa de concorrência.

Existem em nosso Estado, diversas empresas da mesma natureza, e aquela contratada não detém "exclusividade" e nem "notoriedade". Muito menos "notoriedade". Pelo contrário. E é o que pretendemos expor aos srs. deputados. Essa empresa chega a uma incompetência que seria até gaiata. Não fosse o dinheiro do povo ter sido comprometido de forma tão vergonhosa. É o mesmo dinheiro a que se referiu o deputado Adhail Sprenger Passos, do mesmo povo.

Não pudemos ter acesso ao contrato lavrado entre a Comissão Executiva desta Casa e a Hoyer Consultores Associados, pela simples razão dessa peça legal, não ter sido publicada previamente. Como manda a lei.

Sonegaram-se assim aos srs. deputados, e à apreciação popular, as condições em que um órgão público, no caso esta Assembléia Legislativa, está contratando pessoa jurídica de direito privado e perante ela, assumindo obrigações.

Descumprida esta formalidade legal, este imperativo de moralidade administrativa, mesmo assim houver empenho de verbas e pagamentos de parte ou de todo o contrato, ninguém sabe.

Afirma-se que esta Assembléia comprometeu-se inclusive ao pagamento de despesas de viagem e estadia de pessoal daquela empresa. Não o podemos provar, porque já dissemos, a Comissão Executiva sonegou ao conhecimento da opinião pública e dos próprios srs. deputados, os detalhes que cercam a transação. Mas é certo e notório na Casa, que

foi constituída uma comissão interna, de apoio, para assessorar tal empresa. Até na composição desta comissão, houve circunstâncias esdrúxulas. Entre os seus integrantes, está um médico, chamado a dar assessoria administrativa, sem nunca ter ocupado cargo administrativo nesta Casa. Para isso, ele recebeu dois salários base. Cerca de 10 funcionários deste Poder, entre eles o Diretor Geral, receberam no mês de julho mais de um milhão de cruzeiros, cada um. Talvez o fato se tenha repetido em agosto.

Nesta altura, eu pergunto por quantos milhões se estará comprando o trabalho da Hoyer? Se o ato inicial da contratação é ilegal, e se em assim for, declarado pela Comissão de Tomada de Contas, da qual eu faço parte, e que vou analisar detidamente toda essa transação imoral, ou pelo Judiciário, se motivado a se pronunciar através de uma ação popular? Acontecerá o que, com os dirigentes da Casa? Responderão por peculato? Seria triste. Mas talvez merecidos. Por que o relatório apresentado pela empresa Hoyer Consultores Associados, não fosse humilhante para os membros deste Poder; não fosse calunioso para os servidores da Casa; se não tivesse atentado contra o interesse público, seria digno de muita graça. Alguma coisa como uma reforma administrativa, encomendada pelo Coronel Odorico Paraguaçu, para desmoralizar a Câmara de Sucupira.

Já no capítulo das considerações primeiras, do pomposamente chamado "Projeto de Restruturação Orgânica da Assembléia Legislativa do Paraná". Nota-se uma agressão ao Poder Político, chegando a dizer que esta Assembléia Legislativa não funciona por culpa dos srs. deputados.

Um parêntesis, eu quero esclarecer que este exemplar que está aqui, o projeto de reestruturação orgânica da Euler, chegou às minhas mãos através de funcionários revoltados.

Certamente nenhum dos srs. deputados teve a oportunidade de examinar tal documento.

Vamos então, sucintamente, pinçar algumas asneiras mais evidentes e acusações mais graves, erros mais primários, para que os srs. deputados tomem conhecimento, inclusive, aqueles que não estão querendo tomar conhecimento.

Sobre nós deputados, o que concluiu ao Hoyer, Prestamos a atenção no item 11 das tais considerações iniciais.

"Há uma estrutura 'sui generis' na Casa. Praticamente nenhum chefe de sessão tem subordinados. As constantes e impertinentes injunções políticas na administração da Casa, fizeram com que o último nível não fosse de operacionais, etc, etc".

Vejam agora o item 23, dessas mesmas considerações:

"O orçamento da Assembléia fica na dependência total da aprovação do Executivo". Sucede-se então as negociações que onde eles colocam também as piadas, e pressões também às piadas.

Vejam o atrevimento dessa gente. Está aqui o relatório. Para aprovação de verbas suplementares no orçamento, com expedientes de atraso na tramitação de mensagem do Executivo, com a finalidade de negociar mais verbas para o Poder Legislativo e etc e etc.

Sr. presidente, nobres srs. deputados, onde estamos?

Esta Assembléia está pagando custas que já estimam perto de 50 milhões de cruzeiros, para virem os incompetentes lá de São Paulo, dizer que os srs. deputados prejudicam a administração e que os assuntos orçamentários são chantageados pelos membros deste Poder, com o Poder Executivo.

O relatório chega até a mencionar, como piada, no seu item 25, algo que seus autores dizem ter ouvido de vários funcionários: "A Assembléia funcionaria muito bem,

se não fossem os srs. deputados”.

O item 29 acentua bem. “Talvez, repetindo, mas insistindo na observação de que há demasiada influência política tumultuando o funcionamento racional da estrutura funcional da Assembléia”.

O levantamento sobre o funcionalismo aqui neste relatório, diria então coisas de fazer rir, se não fosse muito triste e se não tivesse custado o dinheiro do povo.

Inicialmente, no item 4, diz o relatório “foi difícil determinar o efetivo real da Casa. Os melhores números porém, parecem ser os seguintes”. E daí vem, a numeração.

Então eu pergunto, difícil determinar o efetivo da Casa. Ora, é só consultar o computador, sobre folhas de pagamento. Porque, pode haver servidor que não trabalhe, mas duvido que haja algum que não receba.

Vejam a incompetência desta companhia.

Sintam os senhores a que ponto gaiato chega este relatório, quando diz no seu item 32:

“O clima organizacional entre funcionários é bastante ruim. Informou-nos o Diretor Administrativo que aproximadamente em 100 funcionários de sua área, dez são alcoólatras. Dez por cento de alcoólatras em uma só área, parece um sintoma alarmante que merece consideração. No entanto, quando esta percentagem é estendida a toda a Assembléia, é um dado assustador. Vejam o atrevimento desses caras. Só o Primeiro Secretário, pena que ele não esteja presente, para justificar um atrevimento dessa natureza. Em síntese, o pessoal da Euler admite que 10 por cento dos funcionários da Assembléia são alcoólatras.

Ora, nos meus vinte anos de Casa, estão aí dois parlamentares decanos deste Poder, o nobre deputado Anibal Khury, e o Segundo Secretário Deputado Francisco Escorsin, nestes 20 anos de Casa, eu jamais surpreendi um servidor nos corredores desta Casa, com sintomas de estar alcoolizado, e mesmo se isto tivesse ocorrido com todos os funcionários, jamais poderia dizer se tratavam de alcoólatras, isto é uma tarefa de análise psiquiátrica, porque, senhores, alcoolismo é doença, motivo até de aposentadoria.

Então, a nossa sugestão aos srs. funcionários é para que arguam o diretor administrativo, que aponte os 10 alcoólatras, para que mereçam o atendimento médico necessário.

Mais uma referência, no final a atuação dos senhores deputados na medida em que lhes era limitada a função administrativa, enveredaram num papel essencialmente assistencialista, e hoje o Poder Legislativo invade as funções assistenciais do Executivo, procurando assim justificar a sua existência.

Então nós estamos aqui, fazendo Assistência Social, para justificar os nossos empregos, 58 Deputados são assistentes sociais...

Senhor presidente, nobres senhores deputados, eu não aceito puxão de orelha de ninguém, muito menos de uma empresa que se deixa contratar de maneira imoral; muito menos de pseudo técnicos que fizeram uma avaliação tão imbecil, errada, no conteúdo, errada na forma, e errada até na ortografia.

Está aqui o relatório, errado até na ortografia! o que patenteia bem a sua falsa competência.

As reformas, finalmente, propostas pela empresa, merecem muito pouco de nosso comentário, mas, nós queríamos antes de comentar as reformas, ler aos senhores deputados, apenas uma passagem do relatório, diz assim:

“O Diretor Administrativo da Casa nos apresentou uma senhorita Jemima, como responsável geral, para todas as compras da Assembléia Legislativa. A referida funcionária, que trabalha há quatro anos na Casa, recebe por mês, vinte e

um mil cruzeiros. Mais grave ainda, apesar de exercer há quatro anos funções de tanta responsabilidade, a funcionária Jemima não é funcionária da Casa, mas contratada como servente da Companhia Nacional”.

É uma pena que a Comissão Executiva, que já contratou setenta novos servidores, inclusive o presidente da Câmara Municipal de Cerro Azul, o que é uma ilegalidade aberrante, presidente da Câmara Municipal de Cerro Azul contratado pelo Poder Legislativo, é uma pena que não tivesse atendido esta sugestão da Hoyler, mas este é assunto para outro requerimento e outro comentário.

Vejam agora aqui o ranço, o ranço religioso desta gente “felizmente a dona Jemima pertence à Assembléia de Deus, porque se pertencesse apenas à dos homens, certamente seria subornada.”

Quer dizer que é só gente da religião deles é que presta.

Nós temos assim, qualificativo para esta gente. Mas o que mais realça, quanto às reformas administrativas preconizadas pela Hoyler, o que mais realça é a expulsão dos deputados da administração, como se todo o complexo não existisse para dar apoio à representação popular.

Ainda há pouco eu vi um nobre senhor deputado do Partido Governista, trazer um assessor engravatado, para anotar os apartes.

Então o funcionário não existe, não existe para dar apoio à representação popular?

Criam-se cargos, muitos cargos na reforma preconizada pela Hoyler, seria esse o interesse da Comissão Executiva? É uma pergunta que eu deixo ao raciocínio das pessoas imparciais. Mas existem outras pérolas. Uma delas determina a elaboração de processos de prestação de contas à Secretaria das Finanças. O deputado Anibal Khury, está se mexendo na cadeira. Quer dizer, eles estão recomendando que a prestação de contas se faça à Secretaria das Finanças, desconhecendo a independência de poderes. Ora, seria tedioso, mesmo não tenho tempo. São vinte minutos apenas. Está estourando meu tempo, e não posso enumerar todas as besteiras, pois tal projeto se resume numa grande salada que seus elaboradores não conhecem, sequer, o significado exato do que seja promoção, provimento ou designação. Tanto desconhece o planejamento administrativo que propõe a alteração da atual designação do “diretor” de departamento para “gerente”; então nós teríamos gerente médico, gerente de legística, e outros gerentes por aí.

A grande verdade é que houve um desrespeito à coisa pública. Primeiro por uma contratação imoral, pelo procedimento imoral e esbanjador da Comissão Executiva. Lamentavelmente, um deputado do meu Partido faz parte da Comissão Executiva mas houve um esbanjamento e um procedimento imoral. Esbanjamento por quê? Procedimento imoral por quê? Porque confiou-se um trabalho tão caro a uma empresa incompetente.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Darei no final, se o tempo permitir.

Deveria ser o próprio Poder a reestruturar-se. Ou não teremos nós, deputados, competência e capacidade para proceder uma reforma administrativa num quadro que só possui 344 funcionários efetivos? Não temos acaso servidores nesta Casa, de alta capacidade para oferecer todo o assessoramento necessário? Claro que nós temos.

Senhor presidente e senhores deputados, o tempo é curto e não posso me alongar mais. Voltarei porém, ao assunto, esperando a resposta da Comissão Executiva. Só que, primeiro quero propor dois requerimentos: um para que a Comissão Executiva determine fornecimento de cópias do relatório a todos os

deputados — cabe aqui ressaltar que segundo o próprio relatório, este trabalho foi encaminhado à Secretaria do Planejamento, à Secretaria de Finanças e à Casa Civil do Estado, só não foi apresentado aos membros do Poder Legislativo; o segundo requerimento, e parece que essa providência a Comissão Executiva, assustada pela entrevista que dei à imprensa, já tomou, mesmo assim quero deixar oficializado; o segundo requerimento é que, ouvida a Casa, seja esse pronunciamento encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito dita da Corrupção, para que verifique a legalidade da contratação, sem licitação, e indique as providências cabíveis.

Concedo o aparte ao nobre Deputado, pedindo que seja breve.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência já complementou meu raciocínio, porque eu só queria que Vossa Excelência dissesse ao povo e a esta Assembléia, que será que aqui na Assembléia não tem elemento com gabarito para fazer o que essa Companhia fez? Vossa Excelência já complementou, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo os dez minutos restantes à Liderança do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Senhor presidente e senhores deputados.

O ilustre deputado Adhail Sprenger Passos, fez, a seu juízo e a seu modo, a defesa do bom combate. Não diria que Sua Excelência foi tão feliz ao defender a causa, quanto o objetivo de seu pronunciamento foi atingido nesta tarde. Sua Excelência defende a permanência, na estrutura administrativa do Estado, da Empresa Pública EMOPAR. Não poderia esperar de Sua Excelência outro comportamento. Engenheiro que é, professor universitário, funcionário público federal, com larga experiência no trato da coisa pública, sabe que a EMOPAR é uma empresa necessária no Estado do Paraná. Lamentavelmente, assim não pensam alguns companheiros seus de Partido, entre os quais, o “Todo Poderoso” Erasmo Garanhão, aquele que chega a pregar publicamente, o calote da dívida, e Sua Excelência, o Governador José Richa, que, ao afirmar que iria providenciar os estudos necessários à extinção da EMOPAR, praticou mais um desrespeito a este Poder Legislativo; porque não deve o odontólogo José Richa, desconhecer que esta Assembléia Legislativa, votou uma lei criando a EMOPAR, e eu, senhor presidente, nobres senhores deputados, tive a felicidade de participar dos debates, que, movimentaram já no meu primeiro mandato, a Comissão de Constituição e Justiça, num dos mais belos debates que esta Casa já tomou conhecimento, a respeito da jurisdição, e, da legalidade do Estado, do Estado membro da Federação, constituir uma empresa pública, com as características da EMOPAR. Recordo-me que naquela ocasião, dois eminentes deputados, travaram um belo debate jurídico, o então deputado Accioly Neto, que era contra a forma da criação da EMOPAR, e o deputado Luiz Roberto Soares, e foi com o voto de alguns companheiros de bancada, entre os quais, o deputado Augusto Carneiro, e deste deputado, que foi possível, pela diferença de um voto, porque já naquela ocasião o PMDB, o antigo MDB, então na Oposição, votou contra a lei que aprovou a criação da EMOPAR, foi possível criar esta empresa.

Mas Sua Excelência o Governador José Richa, pretende extinguí-la. Talvez o faça. Pasmem, senhores deputados, com a assessoria que tem e com a forma que vem dirigindo o Estado, talvez, Sua Excelência queira extinguir a EMOPAR, por decreto. Ele que prometia democracia, participação popular, um governo aberto, talvez queira transformar, extinguir a EMOPAR, simplesmente num decreto governamental, esquecendo que a EMOPAR é uma empresa a qual foi constituída com o voto dos representantes do povo; que hoje é uma lei que deve ser respeitada, inclusive pelo eventual ocupante do Palácio Iguaçu.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, o deputado Adhail Sprenger Passos, com a sua vocação de inventariante, trouxe números que nós desconhecemos, lamentavelmente, Números oficiais, provavelmente dados a Sua Excelência pela administração atual, e números compostos de um relatório dos funcionários da EMOPAR.

Lamento dizer que não tenho acesso para fazer uma análise mais acurada dos números. Mas, entre as causas levantadas, provavelmente esqueceu Sua Excelência de analisar algumas operações de créditos feitos em nome da EMOPAR, e que foram pagos no exercício administrativo passado.

Todos nós sabemos que grandes prédios públicos estaduais, entre os quais, os edifícios das Secretarias de Estado, situados neste Centro Cívico, foram construídos com empréstimos internacionais, becos contratados ao tempo do Governador Jayme Canet Júnior, companheiro de Partido. Hoje de Sua Excelência, o deputado Adhail Sprenger Passos e do atual Vice-Governador do Estado, Dr. João Elísio Ferraz de Campos. Ora! Esta, provavelmente, é uma causa das dificuldades que a EMOPAR atravessou, porque precisava honrar o compromisso do Estado, porque, no Governo passado não tinha ninguém como Secretário de Estado, pregando o calote.

Mas, senhor presidente, a EMOPAR realmente cresceu nos últimos anos; houve aumento de funcionários nos seus quadros; teve, talvez, o prejuízo demonstrado pelo deputado Adhail Sprenger Passos, mas esqueceu Sua Excelência, de anotar para a História Administrativa do Estado do Paraná, que, a EMOPAR ajudou muito para que o Governo do Estado contratasse os cento e cinquenta milhões de dólares que Sua Excelência, o Governador José Richa, aquele governador que dizia na eleição que não iria administrar com dólar, está tomando hoje, para fazer o seu programa de obras. Ora! Se era uma diretriz governamental atender o pequeno município, oferecer melhores condições para que obras públicas fossem efetuadas em todos os municípios do Paraná, é normal que precisava se oferecer à EMOPAR, uma melhor estrutura de pessoal. Esta, foi a diretriz governamental. Não há equívoco algum, Sua Excelência o Governador do PMDB vai criar uma nova Secretaria — a Secretaria de Minas e Energia, provavelmente vai retirar os funcionários, de onde? Da COPEL! Fala-se isso, como se fosse um escândalo! Ora!

Senhor presidente, senhores deputados, é na verdade, mais uma grande que o Governo quer praticar porque ele precisa exonerar funcionários públicos, e Sua Excelência o deputado Adhail Sprenger Passos não desconhece que, na administração de empresas ou de órgão público um dos fatos mais importantes é a política de pessoal. Como deixar de lado o passado de funcionários públicos? E eu conheço funcionário da EMOPAR, que é funcionário honrado, decente. Não posso acreditar na generalização que se faz.

E lembro-me, como o deputado Adhail Sprenger Passos, se lembra, lamentavelmente, do passado do DOE, quando não se conseguia trocar uma lâmpada da escola. Quantas vezes, recordo-me de diretoras de escola que tinham que fazer dez, vinte ou trinta requerimentos e não eram atendidos, sobre uma fossa, ou um banheiro, para resolver o problema das crianças, na educação! E a EMOPAR não! A EMOPAR sempre foi uma empresa ágil, competente. Tem erros, sim, como todas as empresas, mas tem um passado de trabalho que precisa ser preservado, para a construção de uma sociedade mais justa.

Congratulo-me com o seu bom combate, e espero que pelo menos Vossa Excelência, no seu lúcido posicionamento, seja ouvido pelo ocupante do Palácio Iguaçu, José Kalil Richa!

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 34/83, de autoria do deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA que dá nova redação ao artigo 51, da Lei Complementar nº 2, de 18/06/73 (Trata da remuneração de vereadores e da instituição de verba de representação para presidência da Câmara Municipal). Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. — **aprovado, por unanimidade.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 33/83, de autoria do deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel do Estado, à "Fundação de Assistência Social e Educacional Norte Pioneiro de Jacarezinho", conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CTIC, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 44/83, de autoria do deputado MÁRIO PEREIRA, que veda qualquer desconto em folhas de pagamento de Servidores Públicos do Estado, sem prévia comprovação e anotação pelo órgão pagador, dos números de registro do CGC ou CPF do favorecido e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEL da CCJ e CRH, por unanimidade. — **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 60/83, de autoria do deputado AUGUSTO CARNEIRO, que denomina "Rodovia Bassílio Boiko", a estrada que partindo da BR-487, liga Iretama a BR-369, no trecho que especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e COPTC, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/83, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "Ação Social São Vicente de Paulo", com sede e foro no Município de Toledo. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 99/83, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA CURITIBA DO GRANDE ORIENTE DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 53/83, (Mensagem nº 55/83, e ex-Proposição nº 57/83,) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos de 29/12/82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 19/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 55/83, (Mensagem nº 53/83 e ex-Proposição nº 55/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos e Termos de

Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 28/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 67/83, (Mensagem nº 60/83 e ex-Proposição nº 65/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira nº 25 a 46/83, celebrados em 07/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 56/83, (Mensagem nº 57/83, ex-Proposição nº 56/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 07/03/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 57/83, (Mensagem nº 54/83, ex-Proposição nº 53/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os segundos Termos Aditivos de 29/12/82 aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 19/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 68/83, (Mensagem nº 61/83 e ex-Proposição nº 64/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 07/03/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 69/83, (Mensagem nº 77/83, ex-Proposição nº 78/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação e Compromisso celebrados em 30/12/81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando construção de terminais Rodoviários de Passageiros nos referidos municípios. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 70/83, (Mensagem nº 84/83, ex-Proposição nº 76/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes com municípios e datas que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 71/83, (Mensagem nº 66/83 e ex-Proposição nº 70/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de

1983. — Aprovado.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 72/83, (Mensagem e ex-Proposição nº 79/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios de Cooperação e Compromisso celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a construção de Terminais Rodoviários de Passageiros. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 73/83, (Mensagem nº 72/83, ex-Proposição nº 73/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação e Compromisso, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a construção de Terminais Rodoviários de Passageiros. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Odair L. Pupo, ocorrido no dia 30 de agosto do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Fernando Pionerdo Lopes, ocorrido no dia 30 de agosto do corrente ano, no Município de São Pedro do Ivaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos senhores deputados Gernote Kirinus e Francisco Escorsin, subscrito também pelo senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio ao senhor Governador do Estado, das conclusões do III Fórum de Debates sobre o tema "Eletrificação Rural - Redução de Custos e Papel Social", realizado nesta Assembléia Legislativa no dia 30 de agosto do corrente ano, recomendando sua imediata aplicação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Segurança Pública, visando a designação de um Delegado Especial para o Município de Marmeleiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Segurança Pública, visando a indicação de um Delegado Especial para o Município de Paranaguá. — Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) — Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo urgência quanto ao recapamento asfáltico da rodovia que liga os Municípios de Paracity a Inajá, bem como a pavimentação asfáltica da Estrada Inglesa, que liga Paraná Real ao Município de Paranaipoema. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica da Estrada HK008, que liga os Municípios de Itajagué a Teodoro Sampaio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de

congratulações com o senhor Delegado Regional do Ministério da Agricultura, pela realização nesta Capital, da Reunião Nacional de Atualização do Plano Nacional de Maçã. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao senhor Secretário da Agricultura, encarecendo informações sobre a construção de um armazém, através da CO PA SA no Município de Antônio Olinto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações para a eleição do Conselho Diretor da Associação dos Lojistas do Shopping Mueller. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Segurança Pública, visando a substituição de um motor à gasolina por outro a álcool, em uma viatura pertencente ao organismo policial localizado no Município de Moreira Sales. — Encerada a discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a discussão)

Deputado presidente, eu queria dizer a Vossa Excelência que nós estamos de acordo com o deputado Rubens Bueno, mas este papelório senhor presidente, seria desnecessário passar pela Assembléia, porque isto cabe aos deputados da Oposição. Aos deputados da Situação que têm acesso aos órgãos competentes e governamentais, seria desnecessário passarmos e a Assembléia estar aqui a escutar as balelas de hoje Situação, da bancada que ilustra o Paraná, que não estão conseguindo se entender.

Talvez seja por isto. Porque, requerimento desta origem e desta natureza é desnecessário passar pela Casa Legislativa. Porque isto aqui, embora alguém diga diferente, é uma casa séria e deputado que tem acesso a todos os órgãos do Poder Executivo, desnecessário seria, deputado presidente que hora preside esta sessão, passar pela Assembléia tanta despesa, tanto papeluxo, tanta demagogia. Isto para mim, dentro da limitação que eu tenho da causa pública, — é uma demagogia barata! Porque o Deputado da Situação se precisa mandar por intermédio da Assembléia Legislativa, pedidos desta natureza, e da natureza dos pedidos, os requerimentos que passaram por aqui, então não tem competência, porque no nosso tempo era diferente. Ou o senhor Secretário nos atendia, ou atendia o povo, ou então nós iríamos pedir a cabeça dele como estamos pedindo a de Delfim Netto.

Então é este o deputado que hoje preside, e isto é uma afronta para nós, vermos deputado da Situação lá pedir picuínhas, a gastar papéis, a gastar o tempo dos deputados, o tempo da assessoria. Dinheiro do povo jogado fora, senhor presidente; dinheiro do povo que bastaria apenas uma visita do senhor deputado na Secretaria competente, nos canais competentes, nas diretorias competentes, senhor presidente.

Embora eu me torne inoportuno, mas diria aos ilustres deputados da Bancada do PMDB, que não é esta a forma de governar. A forma de governar é dizer que "manda quem pode, e obedece quem precisa". Os senhores Secretários obedecem a diretriz do governo, ou então este governo começou a sua falência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está em votação. **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.
Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.
Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dois senhores deputados rejeitam, nove deputados aprovam.
Não há "quorum" para prosseguimento da sessão. —

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão,
marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 19, à hora
regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 33, 44, 60, 90 e 99/83 e
dos Projetos de Resolução nºs 53, 55 e 67/83.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nºs 56, 57, 68, 69,
70, 71, 72 e 73/83.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após o
término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 12, 43, 62 e 91/83.
Levanta-se a sessão.